

PADRE BRANDT E AS DISPUTAS FAMILIARES NA ARENA POLÍTICA E CULTURAL DO MARANHÃO: a trajetória de um sacerdote político e escritor

Hugo Freitas de Melo

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: hugo.freitas@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6118-7073>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória política e intelectual do padre Clodomir Brandt e Silva, notabilizado por sua diversificada atuação no município de Arari, marcada pela fundação de escolas, teatro, cinema, jornais, rádio, editora, biblioteca, associações religiosas, além de ter sido um significativo personagem na história política da cidade. Metodologicamente, o texto está alicerçado em torno dos dados e informações disponíveis nas obras dos “intérpretes” da história de Arari coletados por meio de pesquisa documental e bibliográfica, incluindo-se os livros escritos pelo próprio sacerdote. O estudo focaliza compreender de que forma os diferentes condicionantes históricos, sociais, políticos e culturais incidiram sobre sua ação evangelizadora e transformaram as práticas e os discursos produzidos por este personagem, que passou a intervir incisiva e decisivamente nos rumos que as famílias dominantes definiam para a cidade. Acionando o recurso da escrita como principal instrumento de luta simbólica pela imposição de concepções que orientam as ações e demarcam posições e posicionamentos na política e na cultura ararienses, o itinerário de padre Brandt exemplifica a heteronomização e a hibridização do ofício sacerdotal no Maranhão.

Palavras-chave: Padre Brandt; trajetória; disputas familiares; arena política; cultura.

FATHER BRANDT AND FAMILY DISPUTES IN THE POLITICAL AND CULTURAL ARENA OF MARANHÃO: the trajectory of a priest, politician, and writer

Abstract: This paper aims to analyze the political and intellectual trajectory of Father Clodomir Brandt e Silva, known for his diverse activities in the municipality of Arari, marked by the founding of schools, theater, cinema, newspapers, radio, a publishing house, a library, and religious associations, in addition to being a significant figure in the city's political history. Methodologically, the text is based on data and information available in the works of "interpreters" of Arari's history, collected through documentary and bibliographical research, including books written by the priest himself. The study focuses on

understanding how the various historical, social, political, and cultural factors influenced his evangelizing work and transformed the practices and discourses produced by this figure, who began to intervene incisively and decisively in the direction that the dominant families defined for the city. Using writing as the main instrument of symbolic struggle for the imposition of concepts that guide actions and demarcate positions and stances in Arariense politics and culture, Father Brandt's itinerary exemplifies the heteronomization and hybridization of the priestly office in the state of Maranhão.

Keywords: Father Brandt; trajectory; family disputes; political arena; culture.

EL PADRE BRANDT Y LAS DISPUTAS FAMILIARES EN EL ÁMBITO POLÍTICO Y CULTURAL DE MARANHÃO: la trayectoria de un sacerdote, político y escritor

Resumen: Este artículo busca analizar la trayectoria política e intelectual del Padre Clodomir Brandt e Silva, conocido por sus diversas actividades en el municipio de Arari, marcadas por la fundación de escuelas, teatro, cine, periódicos, radio, una editorial, una biblioteca y asociaciones religiosas, además de ser una figura significativa en la historia política de la ciudad. Metodológicamente, el texto se basa en datos e información disponibles en las obras de "intérpretes" de la historia de Arari, recopilados mediante investigación documental y bibliográfica, incluyendo libros escritos por el propio sacerdote. El estudio se centra en comprender cómo los diversos factores históricos, sociales, políticos y culturales influyeron en su labor evangelizadora y transformaron las prácticas y discursos producidos por esta figura, quien comenzó a intervenir de forma incisiva y decisiva en el rumbo que las familias dominantes definieron para la ciudad. Utilizando la escritura como principal instrumento de lucha simbólica para la imposición de conceptos que orientan acciones y demarcan posiciones y posturas en la política y la cultura arariense, el itinerario del padre Brandt ejemplifica la heteronomización e hibridación del oficio sacerdotal en Maranhão.

Palabras clave: Padre Brandt; trayectoria; disputas familiares; arena política; cultura.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, abordar-se-á a *trajetória*¹ política e intelectual do padre Clodomir Brandt e Silva, um dos mais destacados sacerdotes da Igreja Católica no Maranhão,

¹ Segundo definição apresentada por Bourdieu (2004, p. 81), a noção de trajetória é cunhada como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tal noção é construída criticamente em relação à ideia de “narrativa histórica”, que produz uma “ilusão biográfica” do agente pesquisado ao

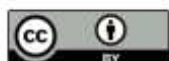
que se notabilizou por sua reconhecida e prestigiada atuação no município de Arari. "Padre Brandt" (nascido em 22 de novembro de 1917 e falecido em 23 de abril de 1998, aos 81 anos) atuou e entrevistou, de forma marcante, em vários segmentos da vida social arariense. Foi fundador de escolas, teatro, cinema, jornais, editora, biblioteca, associações religiosas, além de ter sido um significativo personagem na história política da cidade, liderando grupos políticos, exercendo mandatos de parlamentar municipal e chegando mesmo a candidatar-se a prefeito.

Além disso, registra a autoria de vinte e seis livros, a maioria publicada de forma independente por sua própria editora (Editora Notícias de Arari), sendo um dos mais produtivos clérigos católicos no tocante à produção intelectual. Seus escritos, além de refletirem a síntese de seus pensamentos e concepções sobre o mundo social, externalizam seus ideais, projetos, visão política, habilidades literárias, enfim, uma gama de competências e saberes que remetem a uma forte hibridização de sua atuação, para além do âmbito confessional, e apontam para o grau de heteronomização entre os diferentes domínios sociais, particularmente entre as esferas política, cultural e religiosa.

Dentre as fontes utilizadas para a confecção deste artigo, estão alguns livros escritos pelo próprio padre Brant, que fornecem inúmeros dados e informações sobre sua origem familiar e o percurso que trilhou até chegar ao exercício do sacerdócio e aos fatos daí decorrentes, principalmente no livro **A família Brandt** (1993), onde produz uma narrativa memorialística de "glorificação" de sua própria história e de seus familiares.

Nesse sentido, problematizam-se aqui tais escritos à medida que a narrativa histórica e a reflexão sociológica vão avançando *pari passu* com outras obras escritas por pesquisadores que, de alguma forma, estiveram inseridos nas dinâmicas de

abordá-lo como um ponto fixo e imutável que tem sua história de vida contada com início, meio e fim, cuja única constância é a nomeação, isto é, o nome que identifica a pessoa no decurso do tempo.



concorrência que englobam nosso personagem, quer seja no campo da disputa político-partidária, na luta pelo controle de canais de comunicação em Arari, ou nas batalhas ideológicas entre protestantes e católicos.

Os trabalhos utilizados como fontes secundárias são, particularmente, livros escritos por membros das famílias que disputavam a hegemonia sociopolítica no município e que, posteriormente, conquistaram posições em espaços de divulgação literária no Maranhão, conforme expressam as obras **Um passeio pela história de Arari** (2011), de João Francisco Batalha, e **O universo do padre Brandt** (2012), uma biografia escrita por José Fernandes, ambas patrocinadas por instituições de “letrados” no estado, como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Com base nessas obras, a análise aqui empreendida está calcada em torno das informações fornecidas pelos “intérpretes da história e da cultura” (Seidl, 2007) de Arari, incluindo-se as próprias reflexões feitas por padre Brandt em relação à sua atuação político-religiosa-cultural na cidade. Acredita-se que o estudo de seu itinerário ajuda a entender de que forma os diferentes condicionantes históricos, sociais, políticos e culturais incidiram sobre seu ofício sacerdotal e transformaram, significativamente, as práticas e os discursos produzidos por este personagem, que passou a registrar uma constante atuação na esfera pública e a intervir incisivamente nos rumos que os grupos e as famílias dominantes definiam para o município, acionando o recurso da escrita como principal instrumento de luta simbólica pela imposição de concepções que orientam as ações e demarcam posições e posicionamentos sobre a política e a cultura ararienses.

Como se verá a seguir, o grau de envolvimento na vida política de Arari rendeu ao padre Brandt muitos admiradores de seus feitos, como também muitos inimigos poderosos dispostos a não perderem tal poderio, simbólico e material, seja no âmbito político-partidário ou na própria esfera de dominação religiosa, onde as estratégias da

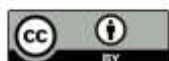
Igreja para manter a hegemonia do catolicismo na região, particularmente em face à crescente concorrência do protestantismo, surtiram efeitos mais sintomáticos.

DO MEARIM A ARARI: origem social, formação cultural e chegada ao “novo lar”

Clodomir Brandt e Silva nasceu num pequeno povoado chamado Pucumã, pertencente ao então município de Conceição dos Picos, atual cidade de Colinas, situada na microrregião do Alto Itapecuru, a 385 quilômetros da capital São Luís. Filho de Sebastião Gonçalves Silva e Carolina Brandt, era o quinto de uma prole de nove irmãos (sete homens e duas mulheres).

O sobrenome “Brandt” é de origem alemã, herdado do patriarca da família no Brasil, Fritz Brandt, seu avô. Fritz nasceu em Blankenese, próximo à cidade de Hamburgo, na Alemanha, em 1861. Após a conclusão de seus estudos superiores em Farmácia, recebeu um prêmio: uma viagem para estudar a fauna e a flora brasileiras. Foi assim que desembarcou no país, em busca das florestas amazônicas, aportando primeiramente em Recife e atravessando os estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, até chegar ao Maranhão pelo povoado conhecido hoje como cidade de Nova Iorque.

Já em solo maranhense, Fritz Brandt, de religião protestante (era luterano), residiu por algum tempo no vilarejo, onde prestou serviços de farmacêutico e de enfermeiro por não haver ali atendimento público dessa natureza nem gente instruída que realizasse tais atividades. Tentando dar cabo dos objetivos iniciais de sua viagem, os estudos sobre a Amazônia, deslocou-se para o povoado de Canto das Pedras, próximo ao município de Mirador, atual Presidente Dutra, cidade onde conheceu e se casou com Andreina de Almeida e Silva, filha de lavrador e de costureira. Dessa união, nasceram-lhe os cinco filhos (quatro mulheres e um homem): Carozina, Cláudio, Carolina, Claudine e Diana, todos registrados apenas com o primeiro nome e o sobrenome germânico “famoso”: Brandt.



Dessa primeira geração “brandtiana” no Brasil, mais precisamente no Maranhão, cabe destacar duas pessoas: Carolina e Cláudio, mãe e tio, respectivamente, de Clodomir Brandt, nosso personagem. Sobre a mãe, padre Brandt registra em seu livro – que remonta a árvore genealógica da Família Brandt –, apenas algumas informações sobre nascimento, casamento e a morte, aos 94 anos. Pouco, se comparado às mais de quarenta páginas dedicadas à memória de seu tio, cuja espessura textual sinaliza, simbólica e materialmente, para a importância devotada pelo sobrinho aos feitos, realizações, cargos, funções, relações e prestígios conquistados por Cláudio Brandt. Com efeito, o tio de Clodomir Brandt foi o membro da família que mais influenciou sua vida e a de seus irmãos.

1.1 Perfil social dos pais

A mãe de Clodomir Brandt e Silva, Carolina Brandt, nasceu no dia 26 de junho de 1892, na cidade de Mirador. O pai, Sebastião Gonçalves Silva, nasceu no dia 21 de dezembro de 1887, na cidade de Pastos Bons. Porém, sua união com Carolina se deu na cidade de Picos, onde se casaram e tiveram nove filhos.

Carolina era de religião católica e exercia a atividade de costureira. Quando de seu casamento, ainda não havia completado 18 anos; Sebastião, seu marido, tinha 23 anos de idade completos. Homem humilde, negro e de poucas posses, filho de lavradores, Sebastião exercia a profissão de alfaiate, mas teve de enfrentar os preconceitos da época, tanto o social quanto o racial, por sua cor de pele e pela pobreza material, em decorrência de sua união com Carolina, mulher branca e “de família”. Segundo relato do próprio padre Brandt, o casamento desagradou os familiares de Carolina, especialmente seus irmãos, porque “consideravam o rapaz muito preto e pobre, um simples alfaiate” (Silva, 1993, p. 57).

Apesar dos relatos de extrema pobreza, a profissão de alfaiate chegou a render a Sebastião “uma vasta freguesia, dando-lhe possibilidade de manter um salão [ou oficina] onde vários profissionais da tesoura trabalhavam sob sua direção”. Somente a partir de uma grave doença que o acometeu durante vinte longos anos, levando-o a óbito, é que seu estado de pobreza foi se instalando e se agravando, fazendo com que se “esgotasse todos os recursos até à extrema penúria” (ibid., 1993, p. 59).

Com a perda da oficina e, conseqüentemente, da freguesia, Sebastião ainda juntou forças para se dedicar à atividade da agricultura e do roçado, de onde retirou precariamente seu sustento e de sua família a partir de então. Nessa empreitada, ele contou com a ajuda da esposa, que lucrava com o trabalho de costureira, e com o envio de dinheiro de seu cunhado, o próspero comerciante Cláudio Brandt, que residia em Caxias. A ajuda financeira de Cláudio aos seus irmãos e sobrinhos foi apenas uma das formas de intervenção e influência na vida de seus entes familiares.

Ao todo, foram nove os filhos do casal Sebastião e Carolina: Adiles, Frederico, Oscar, Judite, Clodomir, José, Antonio, Maria de Lourdes e Cláudio Sobrinho. Sebastião Gonçalves Silva morreu no dia 05 de março de 1943, aos 55 anos, em São Luís. Sua esposa, Carolina Brandt, vivendo anos de viuvez em Arari e, posteriormente, na capital maranhense, faleceu no dia 02 de junho de 1987, próximo de completar 95 anos.

Observa-se neste mosaico social dos genitores de Clodomir Brandt que a escassez de recursos os levou a uma vida simples, com muitas dificuldades. Não bastasse isso, a falta de apoio de seus respectivos familiares contribuiu para que as opções a serem apresentadas aos filhos fossem as mais próximas de sua realidade humilde, onde as alternativas de sucesso eram bastante escassas, porém existentes e de difícil acesso. Neste ponto, entra em cena a figura do tio de Clodomir, Cláudio Brandt, de significativa ascensão social devido à bem sucedida atividade de comerciante, através da qual pôde exercer o papel principal de “chefe da família”, no

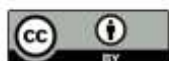
tocante à ajuda material que destinava aos parentes e na mediação que permitia seus entes familiares transitarem entre diversas cidades, à procura de melhores oportunidades de trabalho e estudo.

Com efeito, a escolha de Clodomir Brandt pela vida sacerdotal parece ter sido motivada e condicionada pelas precárias condições de existência de seus pais, constituindo-se para ele uma das escassas oportunidades de vencer as dificuldades materiais de sua família, adquirir um ofício e seguir a carreira religiosa, que ainda gozava de algum prestígio social, para a qual a influência e o apoio de seu tio Cláudio foram decisivos em sua formatação e concretização.

1.2 O “tio Cláudio” e a centralização das relações de parentesco

Cláudio Brandt nasceu em 15 de julho de 1890, na cidade de Mirador. Era o segundo dos cinco filhos do casal Fritz Brandt e Andreina de Almeida e Silva, sendo apenas ele do sexo masculino. Aos 10 anos de idade, com a morte do pai, teve de assumir a responsabilidade pela família, por ser o único “homem da casa” onde morava com a mãe e as quatro irmãs.

Aos 16 anos, empregou-se numa pequena casa de comércio na cidade de Colinas (antiga Picos). À época, chamavam-se as casas de comércio de “quitandas”. Não obtendo um ordenado considerado satisfatório junto ao seu empregador, decidiu sair do serviço e montar seu próprio negócio. O relativo sucesso e prosperidade alcançados como comerciante fizeram com que Cláudio expandisse suas relações sociais e políticas e ficasse “conhecido” na cidade, a tal ponto de ter sido eleito vereador de Colinas para o biênio 1922-1924, tendo obtido 440 votos (Silva, 1993, p. 15-16). Antes disso, em outubro de 1917, já havia sido nomeado pelo governador do Estado para o cargo de 1º Suplente de Delegado de Polícia do Município.



Dispondo desse capital político e dos rendimentos obtidos como comerciante, Cláudio mudou-se para a cidade de Caxias, onde potencializou a crescente prosperidade econômica da qual usufruía. Tal enriquecimento material andava de par com sua atuação e participação na esfera política caxiense, o que lhe conferia maior penetração nos principais círculos sociais da cidade, especialmente entre as elites políticas e econômicas. Em Caxias, Cláudio foi um dos líderes da Revolução de 1930², além de ter comandado um movimento pela manutenção do padre Astolfo Serra como Interventor Federal no Maranhão, consubstanciando assim o protagonismo que vinha adquirindo no município, inclusive junto aos membros da Igreja Católica.

Após algumas oscilações no comércio caxiense, Cláudio Brandt decide fixar-se em São Luís, onde se torna proprietário de dois prédios, localizados na Rua Grande e na Rua da Horta, no Centro, que passaram a ser sua principal fonte de renda. Em junho de 1939, foi nomeado conselheiro e vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado pelo Interventor Federal Paulo Martins de Sousa Ramos, com quem manteve estreitas relações de amizade e de colaboração durante todo o governo intervencionista. Em março de 1941, deixa o cargo para assumir o posto de Diretor-Presidente do Banco do Estado do Maranhão (antigo BEM, já extinto), onde permaneceu por 10 anos.

Sua destacada atuação no BEM despertou ainda mais os olhos da Igreja para si. A convite de D. José de Medeiros Delgado, Arcebispo Metropolitano de São Luís, de quem era amigo e colaborador, após sua renúncia ao cargo bancário em decorrência do pedido de demissão de Paulo Ramos ao presidente Getúlio Vargas, em março de 1951, Cláudio Brandt aceitou ocupar a função de diretor da recém-criada Cooperativa Banco Rural do Maranhão, uma instituição financeira de crédito popular administrada

² Consagrado na historiografia como o evento que marca o fim do período conhecido como “República Velha” (1889-1930), a Revolução de 1930 significou, em termos gerais, a ascensão da classe industrial ao poder político no país através do movimento tenentista. No entanto, tal definição é bastante criticada pelos novos estudos e abordagens sobre o tema. Para saber mais, ver Fausto (1997).

pela Igreja Católica. Depois disso, assumiu a função de Tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia de São Luís e de Delegado Regional do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva Transportes e Cargas (IAPETC). Cláudio foi ainda um dos responsáveis pela organização e fundação do Partido Trabalhista Brasileiro no Maranhão (PTB/MA), onde atuou em parceria com seu estimado amigo, o interventor Paulo Ramos. Cláudio Brandt faleceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de junho de 1968, aos 78 anos de idade.

Gozando de enorme prestígio e sendo o membro da família que mais prosperou em termos econômicos, políticos e sociais, Cláudio materializou e centralizou em torno de si as chances de ascensão social para quase todos os seus sobrinhos, dentre eles o padre Brandt. A importância de “tio Cláudio” para a família de origem alemã é relatada pelo próprio sacerdote quando aborda alguns feitos e movimentos de seus irmãos que tiveram decisiva participação de Cláudio, principalmente no que diz respeito ao trânsito entre Colinas, Caxias e São Luís³, à oferta de emprego e hospedagem e à influência no direcionamento das carreiras profissionais dos familiares.

Foi Cláudio Brandt o responsável por encaminhar e prover seu sobrinho Clodomir para a vida clerical. Católico fervoroso, tio Cláudio havia tomado para si a incumbência de prover a educação de Clodomir. Sendo para este como um pai, “dotando-o das provisões necessárias, tratou de encaminhá-lo para o enfrentamento da longa caminhada em busca da ordenação sacerdotal” (Fernandes, 2012, p. 31).

Como se pode observar, o trajeto de Cláudio Brandt propiciou a ele, em termos materiais e simbólicos, a condição de “chefe” da família Brandt no Maranhão ao longo de toda sua vida, através de auxílio financeiro e da oferta de moradia temporária aos demais parentes que desejassem estudar e trabalhar. Cláudio corporifica aquilo o que

³ Sobre este assunto, ver SILVA, Clodomir Brand e. **A Família Brandt**. Arari: Editora Notícias de Arari, 1993, p. 61-73.

Eric Wolf (2003, p. 98) chamou de “regiões de parentesco”, agrupamentos que tendem a se formar em torno de círculos parentais [ou de um membro da família], onde os laços familiares constituem um conjunto de recursos para um indivíduo ou para toda a família.

Além do mais, pesa sobre o papel assumido por Cláudio Brandt, adquirido pela prosperidade econômica, pelos destacados cargos políticos e funções administrativas que desempenhou e pelas redes de relações que teceu e expandiu, a tendência de manutenção de uma pretensa “reputação” familiar (Wolf, 2003, p. 100). Tal perspectiva está identificada nos juízos de valores e nas ações da família sobre o “destino” de alguns entes, seja no “desgosto” dos parentes pelo casamento da irmã Carolina com um homem “muito preto e pobre”, na “desordem emocional e psíquica” de um dos irmãos de Clodomir, o único que viveu uma “vida desajustada” e cheia de problemas, segundo relato do próprio padre Brandt (Silva, 1993, p. 64-67) ou na tentativa de Cláudio de oferecer melhores condições de educação e de emprego para todos os seus sobrinhos, responsáveis pela perpetuação do nome da “família Brandt” no Maranhão.

1.3 Entrando no mundo eclesiástico: formação seminarística e cultural

Os estudos primários de Clodomir Brandt e Silva foram iniciados ainda em sua cidade-natal, Colinas, vindo a serem concluídos em Caxias, sob a tutela de tio Cláudio, no Instituto Municipal Gonçalves Dias. Foi nesse colégio, um dos mais referenciados pelas elites locais, onde estudavam os filhos de comerciantes e dos proprietários de terras na cidade, que ele desenvolveu o hábito da leitura e a dedicação à escrita, resultando na fundação de um folhetim denominado de “A TERRA”, dedicado aos assuntos escolares de então.

A criação de um pequeno jornal por parte do nosso personagem dentro de um ambiente escolar de ensino fundamental reflete a dinâmica e os estímulos à vida

cultural no Instituto Gonçalves Dias. Além disso, o contato na escola com os filhos das classes mais abastadas da região, de onde saíam os futuros grupos dirigentes locais, legou a Clodomir um acúmulo de *capital social*⁴ que seria acionado em diferentes momentos no transcurso de seu itinerário.

Concluído o curso primário e influenciado pelas professoras de escola e do catecismo, ainda em Caxias, o jovem Clodomir manifestou ao tio Cláudio o desejo de se tornar padre, que logo tratou de atendê-lo. Contando com o apoio material do bem-sucedido tio, Clodomir Brandt entra para o Seminário de Santo Antônio, em São Luís, em fevereiro de 1932, aos 15 anos de idade, onde permaneceria por onze anos. Sobre sua estadia no Seminário, assim descreve o pesquisador José Fernandes (2012, p. 33):

Aquele centro de ensino religioso imprimiu, com certeza, uma marca de acentuado dinamismo naqueles jovens reclusos, notadamente em Clodomir, sagaz e especulativo, adquirente de uma sólida base intelectual, destacando-se em várias matérias – português, francês, retórica e redação (exercitada esta última ao fundar e redigir o jornal de uso interno “A CRUZADA”), sem se descuidar dos livros pertinentes à cultura geral.

De fato, o Seminário de Santo Antônio era o principal centro formador de padres no Maranhão, onde se instruía os alunos sobre os ensinamentos da doutrina e da moral religiosa, mas também sobre cultura geral, artes, ciências e literatura (Pacheco, 1969). Tal educação seminarística estava ancorada ainda nos valores tridentinos (Silva, 2012, p. 154), cujas diretrizes foram estabelecidas em meados do século XIX, ressoando durante o bispado de D. Marcos de Sousa no Maranhão, período em que foi instituído o Seminário de Santo Antônio, sob a justificativa do referido bispo de que os ensinamentos ali prestados auxiliariam os sacerdotes em sua vocação e disciplina, assim como seriam versados também nas artes e nas ciências.

⁴ Segundo Bourdieu (2015, p. 75), “é o conjunto de recursos que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou em outros termos, à vinculação a um grupo”. Nesse sentido, “o volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”.

Com efeito, a vida no Seminário tinha por função não apenas garantir a ordenação sacerdotal e a reprodução dos quadros clericais da Igreja, mas também contribuir para a formação cultural daqueles que deveriam ser, além de “ministros ilustrados”, “cidadãos habilitados para administrar os negócios públicos” (Silva, 2012, p. 155). Pode-se observar que esta tendência de intervenção sacerdotal na esfera pública, cunhada legal e institucionalmente ainda no século XIX, reverbera no século seguinte e torna-se mais evidente no caso em questão, quando, já com nove anos de seminário, Clodomir Brandt assim se manifesta sobre uma campanha de arrecadação de fundos, que ele mesmo dirigia, para a manutenção do estabelecimento vocacional situado em São Luís:

Se não houver recursos para sustentar o Seminário, não haverá um clero atuante, sadio e santo para estender sua ação evangelizadora cada vez mais longe, **indo às fábricas levar o conforto religioso ao tugúrio do pobre** para consolá-lo e santificar-lhe a humildade, **indo ao palácio do rico** cheio de luzes e sons, indo em busca das crianças e dos jovens, **e pelo sertão longínquo** buscar almas e trazê-las para a redenção (Fernandes, 2012, p. 33). **Grifo nosso.**

A questão de “estender a ação evangelizadora cada vez mais longe”, das fábricas ao “palácio do rico” e pelo “sertão longínquo”, começa a aparecer como uma problemática constante na vida de Clodomir. A passagem pelo Seminário confere ao nosso personagem, além de uma elevada cultura geral, uma espécie de *capital militante*⁵ (Matonti; Poupeau, 2006), cujo engajamento nas questões que vão além do ambiente confessional parece se solidificar à medida que a hierarquia eclesiástica toma ciência da “crise” que assola suas bases de sustentação ideológica e de falência de seus serviços de produção e reprodução da “vocação” religiosa (Azzi, 2008; Mainwaring, 2004).

Outro aspecto importante a ser destacado é a utilização da escrita pelo jovem Clodomir Brandt como instrumento de manipulação simbólica (Bourdieu, 2008) e de

⁵ Trata-se de um tipo de capital incorporado sob a forma de técnicas e de disposições a agir e a intervir, abrangendo um conjunto de saberes (teóricos e práticos) “mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos, e, assim, suscetíveis de facilitar certas reconversões” (Matonti e Poupeau, 2006, p. 130).

distinção nos espaços que ocupa em relação aos demais agentes. Assim como fundou um pequeno folhetim para veicular seus escritos durante a vida escolar, no Seminário funda um canal informativo para divulgar suas ideias e concepções sobre a ação evangelizadora católica e suas representações sobre o mundo social, quer se trate do “pobre” ou do “rico”, das “fábricas” ou do “sertão”.

Percebe-se assim a formatação institucional embrionária da hibridização do ofício sacerdotal (Seidl, 2007, 2009), legatária desde o final do século XIX, quando a Igreja formula as bases legais que legitimam a intervenção de seus sacerdotes em diferentes domínios, onde a atividade da escrita se constitui como uma das principais modalidades de atuação intelectual dos clérigos católicos. Tais observações evidenciam uma tentativa da instituição eclesiástica em abranger e influenciar as discussões públicas, as questões sociais, a atividade cultural, e a autorizar, ampliar e pautar a publicação de escritos diversos através da criação e manutenção de novos canais de comunicação no Maranhão.

1.4 O vigário de Arari: aspectos sociais, culturais e religiosos da cidade

Em 1º de janeiro de 1943, Clodomir Brandt e Silva é ordenado sacerdote. A partir de então, padre Brandt dá início oficialmente à sua missão evangelizadora no Maranhão. Permanecendo por algum tempo em São Luís, onde atuou em algumas paróquias situadas nos bairros da capital, Brandt percorre alguns municípios maranhenses como Caxias, Buriti Bravo, Passagem Franca e Colinas, onde celebrou a primeira missa cantada do Maranhão, denominada de “Missa Nova” (Fernandes, 2012, p. 45).

Dando cumprimento à sua função religiosa, foi assistente diocesano de bispos em visita a Coroatá e Anajatuba, antes de ser nomeado vigário de Cururupu, destinação que não chegou a assumir. Todo esse percurso por algumas cidades

maranhenses fez com que padre Brandt se tornasse ainda mais “sensível à realidade das populações” mais afastadas dos centros urbanos, desprovidas de educação básica e tratamento de saúde (ibidem). Observa-se como a descrição das atividades religiosas de Brandt é talhada pelas fontes buscando-se sempre a justificação para sua intervenção no mundo social. Isso evidencia o aspecto “consagrador” dos escritos que servem de base para a discussão proposta.

Exatamente um ano após ter percorrido essas plagas “interioranas”, em 1º de janeiro de 1944, padre Brandt foi nomeado vigário de Arari, assumindo seu posto no dia 09 do mesmo mês, aí residindo de forma fixa. A vila de Arari emancipou-se administrativamente em 19 de abril de 1833. Tratava-se, de fato, do segundo distrito da vila de Nossa Senhora de Nazaré do Mearim, denominada de “Arari” devido à abundância de inúmeras “araris”, certa espécie de sardinha que predominava nas águas do rio Mearim. Contudo, tal versão é bastante discutida entre os historiadores⁶. O próprio padre Brandt admite uma outra versão para a origem do nome do município⁷.

Por certo, diante da falta de consenso entre os historiadores que se propuseram a investigar a origem do nome “Arari”, não sem algum grau de relativo interesse na disputa pela memória e pela história da cidade, o que se tem de concreto é que a vila

⁶ Existem quatro hipóteses que sustentam a origem do nome da cidade de Arari. A primeira se trata de uma suposta predominância na região do Médio Mearim de um tipo raro de “araris”, araras vermelhas com tons amarelados. A segunda hipótese gira também em torno da designação de uma espécie de arara, porém relativa à sua baixa estatura, onde “arari” significaria “pequena arara”. A terceira versão trata da denominação dada a certo tipo de árvore de terra firme e à tinta vermelha extraída de sua casca. Já a quarta hipótese refere-se ao tipo de sardinha de bastante abundância nas barrancas do rio Mearim, versão mais aceita entre os historiadores precisamente pelo fato da cidade ter nascido às margens do famoso rio e ter na pesca uma das suas principais atividades econômicas (Batalha, 2011, p. 51-52). É interessante observar que as diversas versões sobre a origem de Arari refletem, em última instância, o grau da disputa travada entre os representantes dos grupos dominantes em torno dos princípios de legitimação e de imposição de uma “versão oficial” sobre a história e a memória da cidade.

⁷ Para o sacerdote, a designação “Arari” teria sido originada de um diálogo entre um marinheiro e um dono de embarcação, que teria de ancorá-la num lugar chamado “arariba” quando a maré fosse vazante. Nas palavras do padre Brandt, “de arariba para Arari, a transformação não foi difícil. A lei do menor esforço, que é uma economia fisiológica na pronúncia das palavras, iria produzir a transformação metaplástica do vocabulário, pela perda da sílaba ‘ba’” (Silva, 1985, p. 19).

foi elevada à condição de município em 27 de junho de 1864 (Batalha, 2011, p. 42). Em 1938, o Decreto-Lei nº 45, de 29 de março, tirou Arari da condição de menor município do Maranhão, estendendo seu território por toda a margem direita do rio Mearim, o que gerou inúmeras divergências entre as elites políticas e rurais das regiões incorporadas⁸.

As primeiras levadas de povoadores a se instalarem na cidade datam do período colonial. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, Arari sofre novo processo de correntes migratórias, particularmente de franceses, holandeses e portugueses. Já no início do século XX, a cidade recebe imigrantes de origem sírio-libanesa, que tem significativa atuação no desenvolvimento do comércio local, na navegação fluvial e na conjuntura política do município⁹. Todo esse movimento migratório de povos vindos do continente europeu e da região do Oriente Médio mesclando-se com as etnias indígenas e afrodescendentes que lá já estavam situadas, confere a Arari um aspecto social de bastante miscigenação e de sincretismo religioso. Em 1932, por exemplo, o protestantismo já havia se instalado na cidade coexistindo com templos religiosos de maioria católica e outros de matriz africana (Batalha, 2011, p. 129).

As principais atividades que movimentavam a economia do município eram a pesca, a produção manufatureira e o comércio, ambas impulsionadas pelo transporte fluvial que estimulava as trocas comerciais com as cidades vizinhas. Segundo levantamento datado de 1924, na vila de Arari já existiam:

2 escolas, 2 igrejas católicas, 2 padarias, 6 oficinas de sapateiro, 3 alfaiates, 4 carpinteiros, 2 calafates, 2 ferreiros, 1 caldeiro, 2 olarias, 1 serraria, 2 ourives, 1 farmácia, 55 casas de comércio, 3 açougues, alguns vendedores de leite, 1 carcereiro, 2 oficiais de justiça, 2 tabeliães, 2 escrivães, um destacamento com dez praças, comandados por um sargento (Batalha, 2011, p. 116).

⁸ Sobre as disputas territoriais entre as elites políticas e rurais em virtude da redefinição dos limites municipais decretados pelo interventor Paulo Ramos, ver Batalha (2011, p. 40-46).

⁹ Sobre as levadas migratórias de sírio-libaneses para o Maranhão e sua inserção nos espaços sociais das elites políticas, econômicas e culturais, ver Assis (2012), Magalhães (2009) e Melo (2013).

Por volta de 1937, também já estavam registradas na cidade de Arari algumas firmas importadoras de produtos industrializados, que levavam o nome das prósperas famílias ararienses ou de seus ilustres filhos: Santos & Silva, Abraão Salomão, Jorge Salomão, Cipriano Santos, Teodoro Antônio Batalha, Pedro Abas, Leão Santos, Venceslau Ericeira, Leopoldo Melo e Inácio Batalha. Existiam ainda duas firmas exportadoras: a Santos & Silva, empresa local; e a francesa Cotonnière Brésil Ltda., que comercializava a produção de algodão do Mearim e exportava para a Europa. Os serviços de transporte fluvial eram prestados pelas firmas Leandro Nunes, Salomão, Raimundo Guimarães e Mearim S.A. E ainda havia uma desenvolvida indústria açucareira local, contando-se 14 engenhos de açúcar em Arari, todos de propriedade das abastadas famílias do município (Batalha, 2011, p. 128).

Conforme se pode perceber, as atividades econômicas se aglutinavam em torno do domínio exercido pelos principais grupos familiares de Arari, sendo estes proprietários de firmas, estabelecimentos comerciais e até engenhos de açúcar. A ascensão social e a afirmação intelectual de membros dessas famílias são denegatórias basicamente da prosperidade econômica que alcançaram, não só no “interior” como também na capital do Estado, onde o trânsito e o pertencimento a instâncias de socialização e de consagração intelectual forneceram as bases de legitimação para que se constituíssem enquanto “intérpretes” da sociedade arariense.

Os trabalhos utilizados como fontes neste artigo, destacando-se Batalha (2011), Sousa (2003) – integrante da família “Ericeira” – e Fernandes (2012), todos descendentes de grupos familiares estabelecidos em Arari, sugerem a dimensão do poder simbólico e material conquistado por esses mesmos grupos familiares, da ascensão social obtida e dos investimentos intelectuais que fizeram para intervir na disputa pela história e pela memória da cidade.

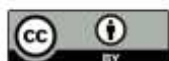
Assim, em 08 de janeiro de 1944, Clodomir Brandt e Silva desembarcou no porto de Arari para ser o vigário-residente do município. Padre Brandt tinha 26 anos de

idade quando aportou na cidade, sendo recebido pelas autoridades locais e pelas principais famílias católicas, que trataram de sua acomodação e da realização de um cerimonial de boas-vindas, com música, foguetes e cortejo de condução do pároco até a Igreja (Fernandes, 2012, p. 75). No entanto, as “comemorações” por conta da chegada de padre Brandt a Arari contrastariam com as calorosas disputas travadas em torno da hegemonia política, religiosa e cultural da cidade, decorrentes de sua intensa atuação nestes setores sociais.

EM NOME DA IGREJA: “projetos” sociais e mediação cultural no interior do Maranhão

A atuação de padre Brandt em Arari vai além de sua “missão” evangelizadora. É no município que ele cria e organiza diversas instituições culturais, educacionais, comunicacionais e religiosas, além de atuar de forma incisiva e decisiva no cenário político-partidário da cidade e de se dedicar à atividade literária a ponto de ser reconhecido como um “intelectual católico”, realçando assim o processo de hibridização que caracteriza seu ofício sacerdotal e, num nível macro, a necessidade da Igreja de intervir e influir em outros domínios sociais como estratégia de recomposição de seu poder simbólico e de reestruturação do espaço religioso local, visando à hegemonia do catolicismo na região.

A abordagem neste tópico consiste no exame das principais ações de padre Brandt e nos recursos acionados por ele para legitimar sua intervenção enquanto mediador cultural na cidade de Arari, na tentativa de descortinar o caráter consagrador de seu itinerário, muitas vezes apresentado por aqueles que constroem a “história” com elementos de “empreendedorismo”, “pioneirismo” e até certo “heroísmo” social (Seidl, 2007, p. 81).



Além disso, analisa-se a interpenetração das esferas social, cultural e religiosa e as injunções daí derivadas e refletidas na esfera política de Arari, o que provocou o acirramento das disputas em torno da imposição de regras, limites e definições do âmbito de atuação dos agentes envolvidos no espaço de poder mais amplo.

2.1 Educação e cultura como base da obra religiosa

Pouco mais de um mês após sua chegada ao município de Arari, padre Clodomir Brandt funda o Instituto Nossa Senhora da Graça, a primeira escola sob sua administração, tendo como sede inicial a casa em que residia. Ele ensinava os alunos da cidade e outros vindos de municípios vizinhos, todos do sexo masculino.

Já em junho de 1945, o vigário de Arari funda aquilo que viria a ser a pedra angular de sua ação missionária, a Associação da Doutrina Cristã (ADC). Os principais objetivos dessa instituição de cunho caritativo era debater, fomentar e organizar ações que visassem levar educação, cultura, ensino religioso e assistência social para a população (Batalha, 2011; Fernandes, 2012).

Para alcançar tal intento, a ADC dividia-se em quatro secretarias que tratavam especificamente dos temas arrolados: secretarias de educação, de catequese, de cultura e de assistência, tendo como diretor-geral o padre Brandt. Sob os cuidados da Secretaria de Educação, ficaram o Instituto Nossa Senhora das Graças e a Fornecedora Educacional, depois transformada em livraria; a Secretaria de Cultura destinava-se à realização de encontros, palestras, conferências, encenação de peças teatrais, desenvolvimento de um coral religioso e fundação de um “Boletim Paroquial”, que só viria a circular na cidade em 1946, produzido e impresso primeiramente em São Luís e, a partir de 1953, em Arari; a Secretaria de Catequese cuidava dos centros de catecismo, mantinha os catequistas e vendia livros religiosos a domicílio; e a Secretaria de Assistência dedicava-se a ações caritativas, especialmente na Páscoa e no Natal.

Anos mais tarde, em meados da década de 1960, assim se expressava padre Brandt sobre a instituição que fundara: “A ADC, na verdade, quer atingir todas as manifestações da vida humana e para isso foi organizada com estatuto de caráter polivalente” (Fernandes, 2012, p. 84).

Com efeito, a organização institucional e estrutural dos serviços realizados pela Associação da Doutrina Cristã se constituiu num exemplo irrefutável da hibridização das ações da Igreja Católica no Maranhão. Contudo, se por um lado a entidade filantrópica visava justamente a intervenção em diferentes domínios sociais como forma de garantir o poder de influência da Igreja perante os setores estruturantes da sociedade arariense, por outro a ADC servia como um instrumento de cooptação, seleção e reprodução de quadros voltados para a execução dos serviços eclesiais. Segundo Fernandes (2012, p. 108),

uma das metas da ADC foi a de financiar os estudos de jovens inteligentes cujas famílias não pudessem mantê-los estudando até o curso superior. Objetivava o propósito de formar um médico, um advogado e uma assistente social mediante o compromisso destes, depois de graduados, trabalharem para a comunidade arariense, em parceria com a ADC. Pretendia, ainda, por meio de ajuda financeira, facilitar o acesso a alguns vocacionados para o mister sacerdotal.

As dificuldades encontradas na concretização de tais objetivos foram muitas, particularmente impostas pela própria ADC que, mesmo tendo encaminhado alguns jovens para o Seminário de Santo Antônio, não chegou a ver nenhum deles obter a ordenação sacerdotal. As exigências impostas pela Associação aos estudantes por ela financiados consistiam na realização de serviços prestados à Igreja como forma de “retribuição”, exercendo atividades de professor, locutor do serviço de som “Voz de Arari”, operador do cinema da cidade, instrutor de internato e outras tarefas determinadas pela entidade com prazos previamente estabelecidos (ibid., 2012, p. 109).

Ainda assim, e talvez por isso mesmo, ou seja, pelas dificuldades em se garantir a reprodução de um corpo de agentes voltados para o trabalho da ADC e da Igreja, padre Brandt deu continuidade ao seu “projeto desenvolvimentista” da cidade. Em 15

de março de 1947, com recursos oriundos das ações da entidade caritativa, é inaugurado o Instituto Bom Jesus dos Aflitos, destinado exclusivamente para estudantes do sexo feminino, a fim de se contrabalançar o peso educacional do Instituto Nossa Senhora das Graças, destinado apenas ao público masculino.

Em julho do mesmo ano, o sacerdote inaugura a biblioteca da ADC, posteriormente denominada de Biblioteca Justina Fernandes, em homenagem à prefeita eleita sob a influência do vigário e que muito havia colaborado, durante sua gestão municipal, com a ADC e os trabalhos de construção da igreja matriz. Inicialmente, o espaço de leitura contava com um pequeno número de livros escolares, religiosos e de formação infanto-juvenil, doados pela comunidade. Depois, o acervo fora acrescido com recursos da ADC, que adquiriu obras científicas e literárias de conhecimento universal, não demorando muito a colecionar mais de seis mil títulos, tornando-se assim um dos principais centros de difusão de conhecimento para a população escolarizada da cidade (Batalha, 2011, p. 130).

Em 1948, padre Brandt inaugura o serviço de alto-falante “Voz de Arari”, primeiro veículo de comunicação falada da cidade; no ano seguinte, funda o “Cine Paroquial de Arari”, o primeiro cinema instalado no interior do Maranhão; já em 1951, ele funda a Escola de Música Carlos Gomes, referência na região, que funcionou até o ano de 1958; em 1953, inaugura a Escola de Artes Gráficas Belarmino de Matos, mesmo ano de fundação do jornal “NOTÍCIAS”; já depois da metade dos anos 1950, inaugura o Teatro Experimental de Arari, onde atua como professor de oratória; e, pela mesma época, organiza o Coral Santa Cecília, composto por homens e mulheres da comunidade.

Após um período sem inaugurações, padre Brandt funda, em 1964, o “Ginásio Arariense”, escola de curso secundário através da qual oferecia à população a oportunidade de continuar os estudos na própria cidade. Já em 1968, com a necessidade de dar formação de nível especializado aos alunos, o pároco funda a

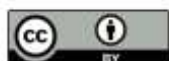
“Escola Normal”, na qual se formam dezenas de professores. No ano seguinte, ainda inaugura o “Jardim de Infância Menino Jesus”, sempre com recursos oriundos da ADC. No ano de 1984, as escolas Instituto Nossa Senhora das Graças, Instituto Bom Jesus dos Aflitos, Ginásio Arariense e Escola Normal foram unificadas e transformadas no “Colégio Arariense”, funcionando até os dias atuais.

Desta forma, padre Brandt insere-se na arena das disputas políticas e culturais pelo poder simbólico adquirido através de seus feitos, poder este que lhe confere a imposição dos pressupostos de redefinição do que é “cultura” ou do que é “religião”, enredado pelas novas determinações doutrinárias emanadas de Roma por meio do Concílio Vaticano II (1962-1965), as quais legitimaram a participação de católicos nos debates públicos e a intervenção eclesial nas questões sociais. Nestes termos, o sacerdote opera sob a lógica religiosa de justificação social na qual baseia suas ações e cimenta o terreno para a reconversão deste capital simbólico em capital político, visando a ocupação de postos políticos por parte de agentes da Igreja.

2.2 Comunicação social e projeção político-religiosa do padre Brandt

A partir de fevereiro de 1946, começa a circular em Arari o primeiro número do “BOLETIM PAROQUIAL”, cujo objetivo era divulgar os assuntos da igreja local e do mundo católico. Contudo, com o tempo, a linha editorial do periódico foi se “ajustando aos interesses do padre Brandt”, que era o responsável por sua distribuição na cidade (Fernandes, 2012, p. 87). Após um certo período sem circular, o jornal retomou suas atividades em 1953 rebatizado de “NOTÍCIAS”, já produzido, editado e impresso pelos alunos da “Escola de Artes Gráficas Belarmino de Matos”, sob a direção de padre Brandt. Segundo Fernandes (2012, p. 88),

o semanário desempenhou o seu papel de órgão esclarecedor das questões sociais, políticas e religiosas do seu tempo, desencaminhando-se, aos poucos, para a defesa desmesurada das ideias de seu dirigente e redator, por vezes estrambótica, sem se preocupar com a autenticidade dos fatos.



Ao que parece, padre Brandt visualizou no jornal paroquial a possibilidade de influenciar o debate político, cultural e religioso na cidade, sob a ótica do catolicismo, abrangendo um público que não se restringia apenas ao âmbito eclesiástico. Além disso, os usos sociais que faz desse jornal interferem decisivamente nos rumos da vida política do município de Arari, onde a escrita acaba se constituindo em sua principal arma na disputa simbólica (e que também descambou para violência física) pela prevalência dos interesses de cada grupo em jogo.

O jornal “NOTÍCIAS”, contudo, não foi o único veículo informativo fundado por padre Brandt para atingir seus propósitos. Dirigindo e redigindo praticamente sozinho as mais de quinhentas edições do referido periódico impresso, ele ainda teve fôlego para fundar e escrever no informativo “RELÂMPAGO”, “uma publicação esporádica, que circulava quase sempre em tempos de campanha eleitoral de seu interesse” (ibid., 2012, p. 173). Além disso, o vigário juntou forças para, no dia 11 de julho de 1948, inaugurar a “Voz de Arari”, um serviço de alto-falantes que se constituiu no primeiro canal de comunicação de alcance mais abrangente na cidade. Instalada na torre da igreja matriz, a “rádio” era

ouvida por quase toda a população, transmitia variada programação – músicas clássicas e populares, convites, avisos, programas de calouros, mensagens de congratulações aos aniversariantes, principalmente quando o aniversariante era o próprio vigário, que cedo se tornara um ídolo venerado pelos seus seguidores (Fernandes, 2012, p. 107).

Como exemplo sintomático dos usos diversos que fazia de seu “sistema de comunicação”, em dezembro de 1953 padre Brandt organizou um grande comício político na Praça da Matriz e uma posterior passeata pelas principais ruas da cidade, em apoio ao candidato Henrique de La Rocque Almeida¹⁰ que pleiteava uma cadeira

¹⁰ Advogado e jornalista, Henrique de La Rocque se tornou uma das mais expressivas figuras políticas do Maranhão. Natural de São Luís, nasceu em 8 de agosto de 1912, cursou o ginásio na Bahia e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (atual UFRJ). No início dos anos 1950, ocupou vários cargos na esfera burocrático-administrativa, através dos quais estabeleceu determinadas relações sociais que o influenciaram a atuar no domínio da política, vindo a candidatar-se ao Senado, em 1953, com o apoio de Getúlio Vargas, tendo sido derrotado pelo candidato apoiado

no Senado da República. Tanto o comício quanto a passeata foram transmitidos em tempo integral pela “Voz de Arari”, causando grande repercussão política na cidade.

Tais acontecimentos evidenciam os usos políticos que o sacerdote fazia de seus veículos de comunicação, tanto escrita quanto falada, ao passo que revelam o grau de alianças e redes de relações que estabeleceu com as elites políticas maranhenses, tanto locais quanto regionais.

Outro exemplo significativo da utilização dos canais de comunicação em detrimento dos interesses do vigário de Arari se deu durante a realização da 1ª Semana Rural do Maranhão, ocorrida no município entre os dias 22 e 25 de agosto de 1953. O evento, patrocinado pela Arquidiocese do Maranhão, pelos ministérios da Agricultura e da Educação, pelo Governo do Maranhão e pela Prefeitura de Arari na gestão de Bembém Fernandes, teve como principal coordenador logístico e operacional o padre Brandt. Foi ele quem conseguiu trazer para Arari, com a ajuda do tio Cláudio (presidente do Banco Rural do Estado, à época), membros da alta hierarquia eclesiástica, inclusive o arcebispo do Maranhão e o representante do papa, vindo direto do Vaticano.

Além disso, o evento contou com a presença ilustre de ministros, bacharéis, médicos, engenheiros, educadores e jornalistas de várias regiões do país, estes últimos com a missão de difundir a realização do evento a nível nacional e de exaltar a imagem do vigário de Arari, tornando-o ainda mais popular na cidade e, conseqüentemente, em todo o Estado.

por Vitorino Freire. Contudo, seu poder político se consolida e se traduz nos cinco mandatos consecutivos que exerceu como deputado federal pelo Maranhão: 1954-1958 (PTB), 1958-1962 e 1962-1966 (PSP), 1966-1970 e 1970-1974 (Arena). Em 1974, conseguiu costurar alianças com diversas forças políticas maranhenses para lançar-se novamente ao Senado, conquistando e exercendo o mandato de 1974 a 1980, ano em que foi indicado para assumir o cargo vitalício de ministro do Tribunal de Contas da União, vindo a falecer dois anos depois, em 1982. O prestígio conquistado junto às elites políticas do Maranhão se reflete, como exemplo, na escolha de seu nome para batizar o palácio do Governo do Estado, durante o governo de Edison Lobão (1991-1994), passando a chamar-se até os dias atuais de Palácio Henrique de La Rocque. As informações sobre a carreira política deste personagem estão disponibilizadas no site do Senado Federal: www.senado.gov.br.

Assim, dispondo de reconhecido prestígio social e de um volumoso capital simbólico, adquirido principalmente pela posse dos meios de dominação simbólica (os canais informativos), padre Brandt começa a esboçar os primeiros contornos de sua inserção na vida política do município, com vistas a alavancar o poderio da Igreja na localidade e, ao mesmo tempo, projetar-se em posições relativamente bem alocadas no jogo em disputa, especialmente na definição dos rumos que as elites políticas e rurais da cidade iriam decidir a partir de então.

A realização da Semana Rural, tão reverberada nos veículos locais e nacionais, se constituiu num trampolim para a inserção definitiva e decisiva do pároco no cenário político de Arari (Fernandes, 2012, p. 125), onde a escrita (particularmente a veiculada nos canais de comunicação de sua propriedade) será o seu principal instrumento de luta na conquista de posições e na demarcação de posicionamentos na arena política e cultural do Maranhão.

UM PADRE POLÍTICO

Padre Brandt entra na vida política de Arari pouco tempo depois de assumir o posto de vigário-residente da cidade. Seu engajamento nas questões políticas municipais está irremediavelmente associado à sua ação missionária católica, ao *status* social adquirido perante a comunidade arariense e ao somatório de inúmeros processos e condicionantes históricos, políticos, culturais e religiosos que, de certo modo, foram corporificados em suas práticas e representações.

À custa de investimentos que ensejaram as possibilidades de aquisição e irrupção das disposições à vida pública, padre Brandt consegue posicionar-se como um mediador cultural relevante no processo de inculcação dos valores morais e religiosos junto à população arariense, além de ser um efusivo fomentador das práticas

educacionais, culturais e comunicacionais na cidade através das instituições que fundou.

Não se pode negligenciar, contudo, o fato de que os usos sociais da palavra escrita e falada se constituíram para nosso personagem as principais ferramentas com as quais ele lutou contra aqueles que ameaçavam seu poder e sua autoridade, delegados pela Igreja e reconhecidos socialmente pela população arariense. O acionamento de tais recursos foi decisivo na edificação de práticas e representações que visavam à reformulação da percepção dos demais agentes sobre o mundo social, agora esculpidas sob a insigne da moral e dos valores católicos.

Desta forma, só se pode compreender a atuação político-partidária de padre Brandt na cidade de Arari se levarmos em consideração a resultante de todos esses fatores que, em seu conjunto, desembocaram num processo de disputas, concorrências, clivagens e bricolagens que, em última instância, ultrapassaram as fronteiras do universo religioso, atingindo diversas esferas sociais, dimensionando assim o grau de ativismo e de envolvimento do sacerdote nas problemáticas de seu tempo e espaço.

Aqueles que se debruçaram sobre a história de padre Brandt sustentam que a entrada do sacerdote na vida política de Arari se deu por conta da constatação da perda de influência da Igreja Católica perante a sociedade arariense, sobretudo em decorrência da concorrência de outras manifestações religiosas, como já dito. O próprio padre Brandt assinala os condicionantes de sua entrada na esfera político-partidária da cidade: a de que o protestantismo estava imbricado na vida pública do local, haja vista que grande parte das autoridades, quando de sua chegada, eram protestantes (SILVA, 1990, p. 42).

Seja como for, é importante observarmos que seu envolvimento direto nos assuntos políticos de Arari provém de uma noção formulada e adquirida por um tipo de catolicismo que deveria intervir nas diversas instâncias da sociedade para retomar

o poder da Igreja no local e garantir a realização da obra missionária católica, conforme demonstrado na institucionalização e no desenvolvimento das ações empreendidas pela Associação da Doutrina Cristã, a ADC, principal plataforma de sustentação das ações de Brandt. Aliás, à medida que avançavam as obras patrocinadas com recursos provenientes da ADC, os conflitos político-religiosos se intensificavam, principalmente nos jornais de propriedade do padre, tendo em sua figura o principal redator-combatente.

Os adversários que vão se constituindo ao longo das ações implementadas por Clodomir Brandt passam a ser cunhados de “barriguistas”, em alusão ao principal líder oposicionista, Antônio Anísio Garcia, político protestante que ostentava uma avantajada região abdominal.

Antônio Garcia chega ao cargo de prefeito de Arari em 1921, ao vencer a disputa eleitoral contra o seu cunhado João da Mata Fernandes, com uma diferença de apenas dezenove votos. Apesar das acusações que apontavam fraude em sua eleição, Garcia consolida-se no poder como a principal liderança política da cidade (Batalha, 2011, p. 116), posição que ocupa por mais de trinta anos, até a chegada de padre Brandt ao município.

Apesar disso, uma nova configuração política se estabelece no seio de sua gestão municipal com a ascensão ao poder, no plano nacional, de Getúlio Vargas. A partir da gestão varguista, especialmente com o advento do Estado Novo, em 1937, Arari passa a ser administrada por interventores nomeados. Nesse mesmo ano, Paulo Martins de Sousa Ramos é nomeado Interventor Federal no Maranhão, cuja administração segue até o ano de 1945. Através de laços de amizade estabelecidos com o novo interventor, Antônio Garcia volta a ocupar a cadeira na Prefeitura de Arari, agora não mais como prefeito, e sim como interventor municipal (Sousa, 2003, p. 21). Porém, sua posição no posto sofreria inúmeras injunções e interferências por parte do novo sistema político vigente no país, fazendo com que se instalasse um estado de intermitência política em

Arari, ora com a presença de Garcia no comando da Prefeitura da cidade, ora com o advento de outros personagens políticos ocupando o referido cargo¹¹.

Com o desembarque de Clodomir Brandt na cidade, o tabuleiro político se altera e passa a contar com um novo personagem em cena, cuja intervenção nos assuntos e debates públicos irá projetar sua figura como elemento não negligenciável no jogo em disputa. É nesse contexto que a oposição ao já denominado “barriguismo” ganha o apoio de peso do padre Brandt, tendo seu envolvimento na política arariense em favor dos opositores aos “barriguistas”, os chamados “padristas”.

Tais denominações jocosas, esculpidas em consonância à lógica vigente de definição e identificação dos grupos de agentes pelo nome de um dos líderes ou pela característica fenotípica que apresentavam com maior clarividência, remetem às disputas entre os grupos que lhes antecederam, de quem são considerados herdeiros políticos: os “lucilinistas” e os “marcelinistas”¹².

A partir de então, essa disputa entre “padristas” e “barriguistas” começa a se instituir como a principal clivagem política local, não se definindo apenas em torno da conquista e manutenção da Prefeitura da cidade, mas também pela disputa da hegemonia partidária local¹³.

Em consonância com essas pelejas políticas, e de modo indistinguível, se processaram também as lutas pelo monopólio religioso no município, tendo na polarização conflituosa entre católicos e protestantes seu exemplo mais nítido e

¹¹ Sobre esse “vai-e-vem” de Garcia no poder político-administrativo de Arari, consultar Batalha (2011, p. 130-136).

¹² Os “padristas” sucederam os “lucilinistas”, e os “barriguistas”, os “marcelinistas” (Batalha, 2011, p. 148). Os “marcelinistas” foram assim chamados por conta de seu líder, Marcelino Eduardo Chaves. Já os “lucilinistas” eram liderados por Lucílio Quintino Fernandes. Os dois grupos foram os protagonistas das disputas pelo controle do poder político local nas eleições de 1912 para a Intendência Municipal. Ambos os lados, contudo, eram pertencentes às famílias “tradicionais” de Arari, e ainda estavam ligados por laços de parentescos entre si (Sousa, 2003, p. 17-19).

¹³ Sobre a origem e os detalhes dos conflitos entre os seguidores de Antônio Garcia e de padre Brandt, resumida na dicotomia “padristas e barriguistas”, ver Sousa (2003).

sintomático, uma vez que Antônio Garcia havia se convertido ao protestantismo e reunido em torno de si as principais lideranças políticas de orientação religiosa pentecostal, em concorrência direta aos seguidores católicos de padre Brandt.

Nestes termos, política e religião se tornaram praticamente domínios indissociáveis no exame dos embates políticos e dos conflitos religiosos no interior do Maranhão, ora as lutas partidárias interferindo nas ações evangelizadoras, ora as doutrinas religiosas intervindo na elaboração e implantação de “projetos” políticos, evidenciando, por fim, a precária demarcação de fronteiras entre essas duas esferas.

As disputas político-partidárias em Arari concentraram-se em torno de apenas dois partidos: PSP e PSD. Clodomir Brandt filiou-se ao Partido Social Progressista (PSP) por volta do ano de 1946, logo assumindo a função de dirigente da sigla, que fazia oposição ao Partido Social Democrático (PSD), legenda comandada por Antônio Anísio Garcia. Este ainda exercia forte influência sobre os demais partidos locais, congregando em suas fileiras especialmente dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Trabalhista (PST), entre vereadores, autoridades policiais, magistrados e funcionários da esfera burocrático-administrativa (Sousa, 2003, p. 22). No entanto, as facções partidárias do PSP e do PSD conseguiram aglutinar em sua circunscrição de influência as principais forças políticas em jogo na época, particularmente filhos, tios, netos, sobrinhos, etc. das famílias ararienses mais abastadas que disputavam entre si o poder político municipal.

Em fins da década de 1940, o partido “situacionista” (PSD) era composto por três distintos representantes: Antônio Garcia, ex-prefeito e ex-interventor municipal; Teodoro Antônio Batalha, que já havia sido presidente da Câmara Municipal e suplente de deputado estadual; e Cipriano Ribeiro dos Santos, fazendeiro, ex-prefeito e ex-delegado de polícia (Batalha, 2011, p. 152-153). Foi contra estes agentes que o vigário de Arari travou seus maiores embates políticos, utilizando-se para tanto de todos os meios de que dispunha, principalmente os seus veículos de comunicação.

Dessa forma, visando recompor o poder simbólico da Igreja Católica na cidade e lutar pela conquista política da Prefeitura, a fim de sustentar de forma mais efetiva o conjunto das obras iniciadas e patrocinadas com o limitado capital financeiro da ADC, padre Brandt estreia na política arariense nas eleições municipais de 1947 – já findo o Estado Novo varguista e restituído o sistema democrático eleitoral –, ao lançar, sem êxito, a candidatura de José Soares para prefeito, tendo como concorrente o candidato José Aureliano do Vale, nome indicado por Antônio Garcia que, ao fim do pleito, saiu-se vitorioso.

Essa primeira experiência político-partidária, ainda que tenha resultado numa derrota eleitoral, rendeu frutos e novos aprendizados a padre Brandt, pois na eleição seguinte, em 1950, sob sua influência, foi eleita a prefeita Justina Fernandes Rodrigues (também conhecida como Dona Bembém ou Bembém Fernandes), sobrinha de Antônio Garcia, seu principal adversário, que havia lançado como candidato o coronel Cipriano Ribeiro dos Santos. Com a vitória eleitoral de Dona Bembém, pela primeira vez na história política de Arari, Garcia deixou de ter alguém de sua zona de influência no comando político-administrativo da cidade, o que contribuiu para a ascensão política irrefreável de padre Brandt.

A administração da prefeita Justina Fernandes, dentre outras realizações, “colaborou financeiramente para a conclusão das obras da igreja matriz e com os empreendimentos da Associação da Doutrina Cristã” (Fernandes, 2012, p. 135), fortalecendo ainda mais o nome de padre Brandt no cenário político arariense. Contudo, é interessante destacar as observações formuladas por Sousa (2003, p. 24) ao afirmar que,

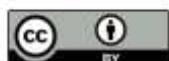
em nenhum momento, a tomada da prefeitura pode ser vista como uma ruptura com as práticas políticas do passado, nem muito menos com o poder econômico dominante. A própria prefeita Justina Fernandes pertencia a uma família de grandes proprietários rurais, que disputava o poder político local. Os embates permanentes entre padristas e barriguistas mostraram a dimensão do interesse pelo poder e o nível de envolvimento desses grupos com os mais altos escalões da política do Estado para se sustentar ou readquirir o espaço perdido.

Tal perspectiva coaduna-se com a percepção de que, a partir da eleição de Justina Fernandes, padre Brandt angaria uma série de sucessos eleitorais e vitórias em disputas político-partidárias, ainda que sob fortes acusações de fraude, sempre atuando como indicador dos nomes que iriam concorrer aos pleitos pelo lado dos “padristas”, conforme ilustra a seguinte descrição no tocante às eleições de 1954:

Nessas eleições, ocorreu um fato inédito na política arariense: alegando que o juiz da comarca, Dr. Nadson Jansen Penna de Melo, estava protegendo o Pe. Brandt, e seus partidários, com uma incontestável fraude eleitoral, os políticos do PSD se recusaram a votar e recomendaram aos seus partidários que não comparecessem às urnas, pois o pleito seria nulo, pelo fato de o juiz ter entregue todo o material das eleições ao Pe. Brandt e seus fiscais, e impedido os políticos do PSD de fiscalizarem a votação. Mesmo assim, houve a eleição, denunciada e tida como fraudulenta, mas validada pelo juiz eleitoral da comarca. Com essa decisão, o Pe. Brandt elegeu todos os nove vereadores que compunham a Câmara Municipal (Batalha, 2011, p. 142).

Percebe-se no relato acima que o sacerdote Brandt mantinha estreitas relações também com as elites jurídicas e burocráticas da cidade. Tais redes de contatos transpassaram praticamente todas as obras públicas que fundou na cidade, pois sempre contava com a presença de figuras ilustres dos altos escalões da hierarquia social e política quando de suas inaugurações, não só municipais, mas também estaduais e nacionais. Isso se deve, principalmente, ao fato de que sua inserção no cenário político local o colocou em contato direto com os grupos dominantes de Arari e com as forças que dirigiam o Governo Estadual, quer fossem as elites rurais, políticas, econômicas ou administrativas.

Não se pode desconsiderar também o apoio decisivo de seu tio Cláudio, à época presidente do Banco Rural do Maranhão, um dos maiores financiadores dos projetos desenvolvidos por padre Brandt e mantidos através da ADC que, com seu prestígio junto ao interventor Paulo Ramos, facilitou os contatos do sacerdote com membros dirigentes de diferentes segmentos sociais, regionais e nacionais (Batalha, 2011; Fernandes, 2012).



Dispondo desse capital social e do capital político acumulado por suas experiências eleitorais, padre Brandt lança-se candidato à Prefeitura de Arari, em 1959, disputando a preferência do eleitorado com o seu ex-aliado Benedito de Jesus Abas (conhecido como Biné Abas). Foi a primeira e única vez que os padristas se dividiram. Aproveitando-se do afrouxamento dos laços entre os representantes do PSP, os partidários do PSD decidiram apoiar Biné Abas, que venceu aquele pleito com pequena margem de diferença de votos.

Padre Brandt ainda teria fôlego para disputar as eleições municipais de 1962, onde foi eleito vereador de Arari com 320 votos. Este foi o primeiro mandato eletivo conquistado pelo sacerdote. Com o advento do Golpe de 1964 e, em seu bojo, a implantação do bipartidarismo no país e o sistema de eleições indiretas, padre Brandt e seus seguidores, assim como seus outrora opositores barriguistas, cerram fileiras na situacionista Arena, o partido do governo militar, sigla pela qual conquista seu segundo mandato de vereador, em 1966, e o terceiro, já em 1970.

Convém frisar que a nova configuração política imposta pela Ditadura Militar, suprimindo o pluralismo partidário e estabelecendo o bipartidarismo, concentra em torno do partido dos militares, a Arena, (a outra sigla existente era o MDB, partido de “oposição consentida”) as maiores chances de triunfo político. É nesse escopo que o ingresso de padre Brandt no partido dos generais, composto pelos seus principais opositores de outrora, visa tão somente a manutenção de seu poder e de sua influência no jogo político local.

Além disso, a conquista de dois novos mandatos de vereador por um sacerdote que já exercia certo domínio político em Arari, numa conjuntura de “crise” política e de “conflitos sociais”, sugere que as transformações históricas em curso no país não incidiram de modo decisivo na ruptura de laços políticos estabelecidos nas regiões periféricas entre as elites locais e os novos agentes políticos do governo federal. Pelo contrário, pode-se mesmo inferir que houve um fortalecimento desses laços à custa de

rearranjos políticos que, em vez de apontar para um estado de reificações de cizânias intra-faccionais, significou um realinhamento dos interesses das classes dominantes em jogo, sob a chancela do regime de exceção.

Assim, no ano de 1972, padre Brandt disputa pela última vez um cargo eletivo e, novamente, o de prefeito de Arari, contra o mesmo candidato que já o havia derrotado em 1959, Biné Abas. Também nessa ocasião a disputa pelo comando do Poder Executivo municipal lhe imputou nova derrota, devido à desistência das candidaturas do MDB, que decidiram em conjunto apoiar Biné. A partir dessa última desventura eleitoral, o vigário de Arari decide não mais concorrer a nenhum cargo político e passa a se dedicar de forma mais incisiva à literatura, mas seu protagonismo e influência na vida política da cidade permaneceriam até o fim de seus dias (Batalha, 2011, p. 175-178).

Apesar de ter dado continuidade à sua carreira política até o ano de 1972, consta na edição de 06 de maio de 1965 do jornal “NOTÍCIAS” uma declaração do pároco sobre o encerramento de suas ações no processo político de Arari:

O povo de Arari já se considera bastante amadurecido e já pode dispensar, na solução dos seus problemas políticos internos, a minha orientação. Por isso, é chegada a hora de afastar-me das coordenações de caráter eleitoral para dedicar-me exclusivamente às obras de apostolado no sentido estrito. Aliás, quero frisar: o que fiz, no plano político, sempre o fiz com a intenção de servir a esse povo, sem nenhum interesse de caráter pessoal. **Nossa gente precisava ser politizada e meu esforço foi para conseguir tal efeito.** Hoje, com a consciência tranquila de quem cumpriu o dever, recolho-me ao silêncio. Se, mais tarde, o interesse da comunidade o exigir, estarei pronto para colaborar para o bem coletivo (Fernandes, 2012, p. 195). **Grifo nosso.**

Com efeito, pode-se analisar a lógica do “interesse no desinteresse” (BOURDIEU, 2010) manifesta na fala do sacerdote, que afirma ter atuado no plano político de Arari “sem nenhum interesse de caráter pessoal”, acreditando, no entanto, ser necessária sua intervenção na esfera política para garantir “a politização que sua gente precisava”, uma vez que ele julgava estar “apto” ou ser o único capaz de reunir as condições mínimas para solucionar os problemas sociais da cidade.

Em última análise, o texto do padre Brandt acaba reunindo em si uma ambiguidade particular, pois ao mesmo tempo em que declara ter “cumprido o seu dever” de politizar a população arariense, coloca-se uma vez mais à disposição “para colaborar para o bem coletivo”, evidenciando assim certa “mágoa” com o povo que dispensou sua “orientação” e não o elegeu prefeito quando de sua primeira candidatura ao cargo municipal, porém deixando brechas para uma nova oportunidade, como de fato ocorreu sete anos mais tarde, tendo sido derrotado novamente para o comando da Prefeitura de Arari.

Vale destacar, por fim, que a partir da primeira vitória eleitoral do grupo liderado pelo padre Brandt, no ano de 1955, as disputas pelo controle do poder político municipal reverberaram numa fase de recrudescimento das hostilidades entre “padristas” e “barriguistas”, inclusive em atos de violência armada, que tiveram nas forças de segurança do Estado seus locupletados protagonistas¹⁴. Vivia-se o tempo de ascensão e consolidação política da figura do senador Vitorino Freire, que emergiu no cenário político nacional com o fim da “Era Vargas” e, conseqüentemente, com a saída de cena, no âmbito regional, do interventor Paulo Ramos, amigo estreito de Cláudio Brandt, tio do nosso personagem. As disputas políticas de então exigiriam de padre Brandt muito mais disposição e tomadas de posição, seja nas lides diárias, dentro do partido ao qual era filiado (PSP), ou nas batalhas simbólicas travadas em seus veículos de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Da ação política ao reconhecimento intelectual

¹⁴ O conflito armado que resultou na invasão da sede da ADC e no fuzilamento da Casa Paroquial, onde estava a mãe de Clodomir, pelas forças policiais vindas da capital São Luís, foi motivado pela luta corporal entre um policial e um vendedor do jornal “BOLETIM PAROQUIAL”, de propriedade do padre Brandt, em meio ao clima de guerra política existente no município entre partidários do barriguismo e do padrismo. Com a intervenção do sacerdote no caso, que contou ainda com o apoio da população, o delegado local não conseguiu efetuar a prisão do jornalista, com o agravante de ter suas armas e as de seus comandados tomadas pelos populares, que as entregaram à prefeita Justina Fernandes. Diante da recusa desta em devolvê-las à autoridade policial local, foi designado um destacamento da capital para Arari com a missão de reaver as armas. Mesmo com a devolução das mesmas, as forças policiais promoveram atos de vandalismo e terrorismo na cidade. Para saber mais sobre este assunto, ver Sousa (2003, p. 39-48) e Batalha (2011, p. 151-160).

O sacerdote Clodomir Brandt e Silva passou a ser reconhecido como “intelectual consagrado” somente após anos a fio dedicados à vida pública, à política e ao desenvolvimento de projetos sociais, educacionais e culturais que julgava fundamentais para sua ação missionária evangelizadora no município de Arari. Após a segunda derrota para o cargo de prefeito de Arari, no ano de 1972, o pároco passou a se dedicar à atividade literária.

Todos os livros de sua autoria que foram publicados, computando um total de vinte e seis títulos – a maioria sendo lançados por sua própria editora “Notícias de Arari”, homônima do jornal com o qual ele havia travado inúmeros combates político-midiáticos, ambos (jornal e editora) frutos do parque gráfico que ele adquiriu através da ADC – foram escritos a partir da década de 1980. Seu primeiro livro, um romance intitulado *Folha miúda: minha dor*, data do ano de 1983, quando o sacerdote já somava 66 primaveras.

A partir daí as honrarias recebidas, algumas póstumas, acabaram por consagrar a vida e a obra do padre Brandt, reconhecido tanto por sua destacada atuação evangelizadora quanto por sua marcante participação na esfera política de Arari, consubstanciada nas centenas de textos veiculados em seus canais de comunicação, bem como por sua ampla produção literária. No âmbito eclesiástico, já no final de sua existência, padre Brandt foi condecorado com títulos honoríficos concedidos pela hierarquia da Igreja a sacerdotes que, de alguma forma, se destacaram em seu ofício religioso. Já na esfera cível, recebeu o título de Cidadão Arariense, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, e a Medalha do Mérito do Trabalho concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA).

No tocante às instâncias de consagração “intelectual”, padre Brandt foi agraciado, ainda vivo, com o diploma de Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Postumamente, foi elevado à condição de patrono da Cadeira nº 09 da Academia Arariense-Vitoriense de Letras. Depois disso, as duas



escolas que fundou e a biblioteca municipal de Arari foram (re)batizadas com seu nome, podendo ser visto também numa praça, duas ruas (Rua Padre Clodomir e Rua Escritor Brandt e Silva) e no “Memorial Padre Clodomir Brandt e Silva”, situado na mesma casa em que o sacerdote residira em Arari.

Convém salientar que no trajeto pessoal de padre Brandt a escrita tornou-se não apenas um trunfo do qual o nosso personagem lançou mão a seu bel prazer, mas efetivamente um dos principais instrumentos de luta simbólica pela produção, reprodução e imposição de representações sobre o mundo social (BOURDIEU, 2008), combinando prestígio social com a autoridade institucional delegada pela Igreja. Tais recursos tiveram seu potencial amplificado por uma imbricada teia de relações sociais, acionada principalmente pelos laços familiares, através da qual padre Brandt tornou-se conhecido e reconhecido, como no caso do apoio constante de seu “tio Cláudio” que financiava, via instituição bancária, as obras e ações da Associação da Doutrina Cristã (ADC).

Além do acúmulo de capital social, nutrido pelas redes de relações sociais às quais o sacerdote estava envolvido, Clodomir Brandt diferenciou-se também pela posse dos meios de manipulação simbólica (principalmente os canais de comunicação de sua propriedade, além das escolas, cinema e teatro fundados por ele), através dos quais sua atuação religiosa começou a incidir, de forma mais significativa, nas esferas da cultura e da política ararienses.

O acionamento destes recursos por um agente da Igreja Católica evidencia o grau de heteronomização e de hibridização entre as esferas religiosa, cultural e política no Maranhão, particularmente no interior do estado, onde as especificidades de um município como Arari exemplificam o dinamismo e as estratégias plurais formuladas pela instituição eclesiástica, principalmente para fazer frente às crenças e práticas que rivalizavam com o catolicismo (maçonaria, religiões de matriz africana e, sobretudo, o protestantismo), e assim manter e expandir sua influência perante a sociedade local.

Isso fica ainda mais evidente quando da inserção do padre Brandt na esfera político-partidária de Arari, cuja “missão” surge inicialmente diante da constatação de que muitos protestantes fazem parte dos grupos políticos da cidade, ocupando cargos públicos e mandatos eletivos. Tais fatores teriam sido o combustível que motivou padre Brandt a se candidatar e exercer três mandatos de vereador e perder duas disputas para prefeito. Somente com o advento de novos condicionantes históricos e sociopolíticos é que o sacerdote tenta fundamentar sua intervenção na esfera política diante das “injustiças sociais”.

Desta feita, a lógica da justificação apresentada por padre Brandt para intervir fora do âmbito confessional e mesmo para legitimar e estabelecer a demarcação de novas fronteiras entre religião, cultura e política ancora-se diante do exame do “avanço” institucional de outras crenças rivais ao catolicismo e da consternação individual frente aos “problemas sociais”.

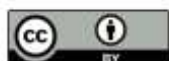
Outrossim, cabe ainda destacar que à medida que as ações inovadoras de padre Brandt nas esferas da política e da cultura ararienses vão se ampliando por toda a cidade, ressoando inclusive na capital do Estado, sendo noticiadas em jornais de grande circulação em São Luís, o nosso personagem conquista tanto admiradores quanto inimigos poderosos, conforme se pôde analisar no protagonismo exercido por Brandt diante do conflito armado na cidade, onde os principais grupos rivais (padristas e barriguistas) chegaram ao ápice da violência armada e da intolerância político-religiosa.

Por fim, todas as honrarias já citadas foram concedidas ao nosso personagem como ato consagrador da vida que teve e dos serviços prestados à população arariense, obtendo reconhecimento inclusive de seus opositores políticos de outrora. Se por um lado as homenagens serviram como uma espécie de “salvo-conduto” ao padre que, em vida, atraiu seguidores e adversários, por outro revelam que o ato de consagração do sacerdote é a consagração da própria cidade e daqueles que a esculpiram política,

social, cultural e economicamente, haja vista que as singelezas foram concedidas pelos descendentes e remanescentes das mesmas famílias políticas que disputavam o poder local no fulgor dos anos de 1950 até à efervescência dos anos de 1970-1980, representados tanto nos cargos e postos que ocuparam ao longo de seus trajetos, quanto na autoria dos livros que contam a própria história da cidade, casos apreciados neste artigo que ora finda

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Ingrid P. **Descendentes de libaneses na política do Maranhão**: ascensão econômica, relações pessoais e afirmação política. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.
- AZZI, Riolando. “Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano”. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (org.). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis, SC: Insular, 2008.
- BATALHA, João Francisco. **Um passeio pela história de Arari**. São Luís: Lithograf, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **Escritos de educação**. 16ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 10ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FERNANDES, José. **O universo do Padre Brandt**. São Luís: Unigraf, 2012.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. **O capital militante**. Uma tentativa de definição. USP: São Paulo, 2006.
- MAGALHÃES, Marcelo V. **Sírios e libaneses na cidade de São Luís (1885-1930)**: entre táticas e representações. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- MELO, Hugo F. de. **O ofício de sacerdote**: mediação cultural, atuação política e produção intelectual de padres no Maranhão. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.



PACHECO, D. Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1969.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. **Inventário da sociologia do engajamento militante**. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. Sociologias, Porto Alegre, n. 28, set./dez. 2011, p. 200-255.

SEIDL, Ernesto. **“Intérpretes da história e da cultura”**: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. In: Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 77-110, dez. 2007.

_____. **Lógicas cruzadas**: carreiras religiosa e política. In: Revista Pós-Ciências Sociais, São Luís, v. 6, n. 11, p. 11-27, 2009.

SILVA, Clodomir Brandt e. **A família Brandt**. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1993.

_____. **Assuntos ararienses**. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1985.

_____. **Assuntos ararienses II**. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1990.

_____. **Escritos sem ordem**. 1ª série. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1983.

_____. **Escritos sem ordem**. 3ª série. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1990.

_____. **Escritos sem ordem**. 4ª série. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1992.

_____. **Escritos sem ordem**. 5ª série. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1994.

_____. **Escritos sem ordem**. 6ª série. Arari: Ed. Notícias de Arari, 1996.

SILVA, Joelma Santos da. **Por mercê de Deus**: Igreja e política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820-1842). 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SOUSA, Alysson Ericeira. **Padristas e barriguistas**: poder político e violência em Arari. 52 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2003.

SUAUD, Charles. **As lutas religiosas do ponto de vista de uma sociologia da incorporação**. O corpo sacerdotal (católico) entre doutrina e inovação. Revista da Faculdade de Letras/Sociologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, série I, v. 1, 1991.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro: tradução de Pedro Maia Soares – Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

Recebido: 07 de fevereiro de 2025

Aceito: 05 de maio de 2025

Publicado: 09 de agosto de 2025

